



Simulado Final

TCE PI

Auditor de Controle
Externo - Específica de Área
Comum - Pós-Edital

Simulado

Simulado TCE-PI (Auditor de Controle Externo - Área Comum)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor de Controle Externo - Área Comum do TCE-PI**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/S4pkrzneWGvjZA8u8>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Analise o texto a seguir.

Zeitgeist é um termo alemão cuja tradução significa espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. Significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

Não sei se é possível definir ou descrever, com poucas palavras, o Zeitgeist de cada época ou era. Talvez isto não seja mesmo possível em todos os casos, para todas as eras ou para todos os tempos. Mas certamente, no futuro, a descrição do Zeitgeist de nossa era incluirá duas palavras: conectar e rede (network).

Estar conectado deixou de ser opção ou escolha. É destino e obrigação. Sem estar conectado, distante da internet, e fora da rede, a gente desaparece. Parece não existir. Sem a internet, a gente não é.

<https://www.meioemensagem.com.br/marketing/ponto-de-vista/zeitgeist>

Assinale a alternativa que não traz uma inferência válida a partir do texto.

- a) O conceito de "Zeitgeist" envolve a análise das características culturais e intelectuais predominantes em uma época específica.
- b) A conexão e o uso de redes digitais são elementos centrais do Zeitgeist atual.
- c) No futuro, a era contemporânea será lembrada pela obrigatoriedade da conexão virtual.
- d) A dependência da internet molda a percepção de existência e relevância na sociedade moderna.
- e) A descrição do Zeitgeist de uma era é complexa e não é possível de ser sintetizada em poucas palavras.

02. O texto, tendo em vista sua organização e tipologia, deve ser classificado como predominantemente

- a) argumentativo;
- b) descritivo;
- c) dialogal;
- d) narrativo;
- e) injuntivo.

03. Não sei se é possível definir ou descrever, com poucas palavras, o Zeitgeist de cada época ou era.

O vocábulo "se" aparece com a mesma função em:

- a) O mundo é onde se implementam as tecnologias.
- b) As redes se inovam e multiplicam sempre.
- c) Se olharmos para o futuro, ainda estaremos conectados.
- d) Ninguém pergunta se alguém quer estar conectado.
- e) Quando se criam novas redes, as antigas morrem.

04. Assinale a frase em que a modificação sugerida provoca mudança de sentido na frase original.

- a) Houve confusão na chegada dos vencedores / Na chegada dos vencedores houve confusão
- b) Todos acreditam haver uma hora certa para tudo / Todos acreditam que haja uma hora para tudo
- c) Tolos sempre supõem que têm razão / Tolos sempre supõem ter razão
- d) O ator explodiu de uma hora para outra / Repentinamente, o ator explodiu.
- e) Cautelosamente, o médico manuseou o paciente / o médico manuseou o paciente, com cautela.

05. Assinale a frase que se apoia em uma intimidação.

- a) "Se você não seguir este caminho, ficará claro que está ignorando as evidências mais importantes, e as consequências disso serão inevitáveis para sua reputação."
- b) "Imagine os benefícios incríveis que você terá se decidir adotar essa ideia — sua vida será transformada de maneiras que você nunca imaginou possíveis."
- c) "É curioso como alguns evitam essa abordagem porque têm medo de enfrentar um desafio verdadeiro; será que é o seu caso?"
- d) "O segundo é grátis. Você realmente não quer aproveitar essa chance única? É uma oportunidade tão boa que seria um desperdício deixá-la passar."
- e) "Somente hoje: compre agora e ganhe 50% de desconto no segundo item! Não perca essa chance única de economizar."

06. Nos países desenvolvidos, onde as principais redes sociais e tecnologias se introduzem, há grande competição.

No texto acima, houve uso adequado da palavra "onde".

Assinale a frase em que houve troca indevida entre ONDE e AONDE.

- a) Onde estão os milhares de amigos que eu tinha?
- b) Comprei uma casa onde podemos nos esconder.
- c) Aonde pretende chegar sendo tão irracional?
- d) Não sei aonde vamos com tanta conectividade.
- e) Preciso me reconciliar com meus amigos reais: não tenho aonde ficar.

07. Assinale a opção na qual o adjetivo expressa uma opinião sobre as redes sociais.

- a) Redes sociais inglesas.
- b) Redes sociais contemporâneas.
- c) Redes sociais globais.
- d) Redes sociais tóxicas.

e) Redes sociais digitais.

08. Prefixos e sufixos alteram o sentido das palavras derivadas. O sufixo -ada é empregado muitas vezes para indicar "golpe ou agressão", como no seguinte caso:

- a) joelhada, estocada.
- b) bicharada, molecada.
- c) temporada, noitada.
- d) aguada, baixada.
- e) limonada, feijoada.

09. Analise o texto abaixo.

"Você é a favor das cotas raciais ou também faz parte do grupo que não se importa com as minorias?"

Assinale a alternativa abaixo em que se verifica o mesmo tipo de falácia.

- a) "Você é contra a implementação dessa lei? Então você claramente não se importa com o bem-estar das pessoas."
- b) "O médico famoso da televisão disse que esse remédio funciona, então deve ser verdade."
- c) "Depois que comecei a usar essa pulseira, minha energia aumentou. A pulseira é a razão disso!"
- d) "Ou você está com a gente, ou você é nosso inimigo."
- e) "Conversei com duas pessoas desse país, e ambas eram muito grossas. Todos de lá são mal-educados."

10. O vocábulo "um" pode apresentar diversos usos. Assinale a frase em que a forma sublinhada deve ser considerada um numeral e não um artigo indefinido.

- a) Um amor verdadeiro é um diamante perdido.
- b) É preciso apenas um momento para mudar tudo.
- c) Com paciência, pode-se mover até uma montanha.
- d) O bom senso é um recurso precioso nos tempos atuais.
- e) Quem tem um amigo não precisa de mais nada.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

11. Os cenários de mudanças econômicas mundiais promoveram, em muitos casos, mudanças sociais, políticas e administrativas, a exemplo da evolução do modelo racional-legal ao paradigma pós burocrático, ocorrido na gestão pública brasileira. Acerca dos modelos de administração pública no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) O modelo de reforma do Estado brasileiro mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientado para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade do Estado de sua construção em novas bases.
- b) A reforma iniciada com o Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas é definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) O Estado Regulador atua como responsável por definir regras ou padrões a serem seguidos em prestação de serviços essenciais à população.
- e) A reforma iniciada em 1995 apresentava o desafio cultural de inserir as práticas de gestão privada no contexto da administração pública.

12. A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade, incorporando ferramentas da iniciativa privada, com vistas ao alcance dos resultados dirigidos ao cidadão. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) O plebiscito e o controle social são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) Uma boa governança depende de poder político para empreender as boas práticas.
- e) Uma gestão empreendedora fundamenta-se no rendimento das empresas públicas, visando maior receita para o Estado.

13. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2020), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho dessas. Pode-se citar, como exemplo dessas instâncias

- a) ouvidoria e conselho fiscal.
 - b) conselho de administração e liderança executiva.
 - c) conselho de administração e conselho fiscal.
 - d) corregedoria e auditoria interna.
 - e) auditoria interna e ouvidoria
-

14. Alguns acadêmicos consideram os processos participativos de gestão uma consequência do movimento da nova gestão pública. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) Por determinação constitucional, o orçamento participativo, como instrumento de soberania popular, visa à ampliação da democracia direta.
- b) O objeto da administração pública gerencial é o desenvolvimento dos processos participativos de gestão pública.
- c) O exercício dos processos participativos implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.
- d) A ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado são considerados forças propulsoras do movimento da Nova Gestão Pública.
- e) O controle exercido pelo sistema de pesos e contrapesos pode ser entendido como um tipo accountability societal.

15. A avaliação na administração pública deve ser realizada com base nos indicadores e metas previamente definidos e não limitada à autoavaliação ou a aspectos comportamentais e subjetivos. Acerca dos indicadores de desempenho da atuação da Administração Pública na busca de resultados, tem-se que:

- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços, a exemplo do alcance dos resultados educacionais previstas no plano de educação.
- II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pelo aumento na relação leito/pacientes atendidos nos hospitais públicos.
- III. A economicidade ocorre quando um gestor público adquire equipamentos e insumos para as escolas de alta qualidade e com custo abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

16. No contexto das políticas públicas, a dinâmica das relações entre os atores pode obedecer a padrões que geram conflitos, situações competitivas ou mesmo situações em que trocas geram benefícios mútuos. Um dos fatores relevantes que consiste em um acordo ou uma aliança, duradoura ou não, a fim de viabilizar alguns dos objetivos das partes envolvidas, pequenos pontos de interesse comum, embora permaneçam suas divergências com relação a muitos outros temas é denominado:

- a) Autoridades de interesse
- b) Coalizões de interesse
- c) Conluíus de interesse
- d) Debates de interesses
- e) Pressão política

17. A accountability foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, como uma nova forma de controle dos resultados e um dos pilares da governança pública, que se refere a

- a) legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) capacidade de um dirigente de atender às suas demandas, pela imposição, restrição ou penalização.
- c) legitimação do poder de vigilância, orientação e correção dos três poderes sobre as empresas.
- d) permissão de condições para que os cidadãos participem da definição e avaliação dos programas e políticas públicas.
- e) extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil

18. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I - A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II – Os conselhos gestores são órgãos públicos, regidos por regulamento próprio, cuja composição deve atender ao princípio da paridade.
- III – As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

19. No processo de gestão estratégica são utilizadas diversas ferramentas com vistas a escolha da melhor estratégia para as organizações alcançarem seus resultados. Levando-se em consideração o Balanced Scorecard – BSC, como instrumento de acompanhamento da estratégia, seu mapa estratégico apresentou os seguintes indicadores:

- (I) receita por cliente;
- (II) custo de produção;
- (III) utilização de ativos e estratégia de investimento.

Esses indicadores estão relacionados à(s) seguinte(s) perspectiva(s) do BSC:

- a) financeira
- b) cliente e processo interno
- c) processo interno e financeira
- d) aprendizagem e crescimento
- e) cliente

20. Na modernidade, a aquisição de competências é condição essencial para que as organizações se tornem competitivas. Na administração pública várias medidas, inclusive compatíveis com a ordem constitucional, favorecem a gestão por competência, a exemplo da criação das escolas de governo para formação e aperfeiçoamento de pessoal. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) No processo de gestão por competências, o mapeamento das competências humanas tem por objetivo aprimorar as competências organizacionais já disponíveis na instituição.
- b) No modelo de gestão por competências, a política de treinamento visa ao aumento do desempenho na função atual.
- c) No modelo de gestão por competências, a avaliação de desempenho e a gestão por competências são processos dissociados.
- d) No modelo de gestão por competências, a política salarial é focada na estrutura de cargos, com alto grau de diferenciação salarial entre eles.
- e) A gestão por competência envolve a definição de um processo contínuo de disseminação e recuperação de informações para os diversos níveis e setores da organização.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ)**

Emerson Douglas

21. A Constituição do Estado do Piauí (CEPI) é a lei fundamental desse estado do Meio-Norte, fruto do exercício do poder constituinte derivado decorrente. Sobre a CEPI, encontre a única alternativa correta.
- a) O Piauí integra a República Federativa do Brasil e possui autonomia política e administrativa. Mas a CEPI não estabelece a prerrogativa de o Piauí declarar guerra a um país estrangeiro.
 - b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, sendo vedado pela CEPI o exercício direto da soberania popular.
 - c) O território do Estado do Piauí, constituído por Municípios, tem os limites assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados, e que não podem ser alterados.
 - d) O Estado rege-se, nas relações jurídicas e nas suas atividades político-administrativas, pelo princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além de erradicar a pobreza e a marginalização.
 - e) Entre os objetivos fundamentais do Estado do Piauí estão a constitucionalidade das leis e a independência e harmonia dos Poderes.

22. O Estado do Piauí se organiza na estrutura de três Poderes independentes e autônomos, além de organizar Ministério Público e Tribunal de Contas próprios. Acerca do disposto na Constituição do Estado do Piauí (CEPI) relativo aos três Poderes, bem como aos órgãos que não se encaixam nessa estrutura tradicional, marque a única alternativa correta.

- a) As deliberações da Assembleia Legislativa e de suas comissões serão tomadas, em regra, por maioria absoluta. Ou seja, por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos respectivos membros, salvo disposição constitucional ou regimental em contrário.
- b) Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa apreciar, anualmente, as contas do Governador e os relatórios sobre a execução dos planos de governo. No entanto, o julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo incumbe ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI).
- c) A Assembleia Legislativa e qualquer de suas comissões poderão convocar Secretários de Estado ou quem a eles se equipare para que prestem, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justa causa.
- d) Nos crimes comuns, os conselheiros do TCE-PI serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Já nos crimes de responsabilidade eles serão julgados pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.
- e) Os Conselheiros do TCE-PI, em suas faltas e impedimentos, serão substituídos pelos auditores, os quais terão as mesmas prerrogativas e subsídios do titular e, no exercício das demais atribuições da judicatura, as mesmas prerrogativas de Juiz de entrância inicial do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (LEI
ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO DO TCE
PI)**

Herbert Almeida

23. O Tribunal de Contas do Estado do Piauí poderá aplicar, entre outras, a seguinte sanção:

- a) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração estadual ou municipal, por prazo não superior a cinco anos, aos administradores ou responsáveis que tenham suas contas julgadas irregulares durante um exercício.
- b) multa de até duas vezes o valor do dano causado ao erário.
- c) inabilitação para o recebimento de transferências compulsórias, de órgãos ou entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, nos casos de omissão no dever de prestar contas, de desfalque ou o desvio de dinheiro, bens ou valores públicos ou da prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico.
- d) proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal do agente público que praticou o ato irregular e do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para a ocorrência do dano ao erário apurado, no caso de contas julgadas irregulares.
- e) inelegibilidade por oito anos, quando as contas forem julgadas irregulares em decisão irrecorrível.

24. Jorge é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e recebeu um convite para exercer outra atividade remunerada. Interessado em complementar a sua renda, Jorge buscou informações no Regimento Interno do TCE e percebeu que poderá:

- a) dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) exercer cargo técnico ou de direção em associação de classe, com ou sem remuneração.
- c) exercer um cargo de magistério, mesmo que não esteja em disponibilidade.
- d) exercer profissão liberal, emprego particular, comércio, ou participar de sociedade comercial, desde que não haja relação com o setor público.
- e) celebrar contrato com empresa concessionária de serviço público, desde que o contrato contenha cláusulas especiais, em razão do cargo que exerce.

25. Uma importante unidade administrativa do Estado do Piauí foi vítima de um ataque cibernético supostamente realizado com o uso de inteligência artificial. As investigações iniciais comprovaram que o ataque foi sem precedentes, inviabilizando todos os sistemas modernos de proteção e segurança de informação. Simultaneamente com o ataque cibernético, os *backups* com as informações sobre as contas da unidade foram roubados e destruídos por uma quadrilha até então desconhecida. Após ampla apuração, constatou-se que os agentes públicos responsáveis pela gestão da unidade não estavam envolvidos nos ataques e nem poderiam evitá-lo. Constatou-se ainda que o julgamento das contas dos responsáveis tornou-se impossível. Nesse caso, caberá ao Tribunal emitir uma decisão:

- a) terminativa, ordenando o trancamento das contas consideradas ilíquidáveis;
- b) definitiva, julgando as contas irregulares.
- c) definitiva, julgando as contas regulares, mas consignando as ressalvas.
- d) preliminar, determinando a constituição de tomada de contas especial para investigações.

e) preliminar, com citação dos responsáveis para saneamento das contas.

26. O TCE PI pretende realizar uma grande e complexa fiscalização nas unidades da Secretaria de Educação. Segundo os planos iniciais, a Corte pretende visitar todas as escolas estaduais, realizando entrevistas com professores e alunos. Todavia, o servidor encarregado do planejamento ficou em dúvidas se é viável realizar tal procedimento. Dessa forma, buscando obter mais informações e avaliar a viabilidade da realização da fiscalização, o Tribunal poderá utilizar o seguinte instrumento de fiscalização:

- a) auditoria.
- b) acompanhamento.
- c) inspeção.
- d) monitoramento.
- e) levantamento.

27. Acerca da eleição do corpo diretivo do TCE, pode-se afirmar que:

- a) Somente os conselheiros titulares, ainda que em gozo de férias, licença ou ausência com causa justificada, poderão votar e ser votados.
- b) O mandato será de um ano civil.
- c) Ocorrida a vacância dos cargos eletivos, o substituto imediato assumirá pelo período restante.
- d) No caso de vacância nos noventa dias finais do mandato, será antecipada a eleição para o mandato subsequente.
- e) Serão escolhidos mediante eleição os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor, cabendo ao Presidente designar o Ouvidor e o Controlador.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
(LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO
DO PIAUÍ)**

Adriana Menezes

28. De acordo com a legislação do regime próprio de previdência social dos servidores efetivos do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta quanto aos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte.

- a) O servidor cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou à integridade física, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, poderá se aposentar aos 60 anos de idade, com 25 anos de efetiva exposição e contribuição, 10 anos de efetivo exercício de serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- b) Enquadra-se como dependente do servidor, para fins de pensão por morte, o menor sob guarda.
- c) A aposentadoria por incapacidade permanente acidentária diferencia-se da previdenciária principalmente pelos fatores que deram causa à incapacidade, mas o valor do benefício é o mesmo, correspondente a 100% da média aritmética das remunerações adotadas como base para as contribuições do servidor ao regime próprio de previdência social, correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.
- d) O servidor com deficiência poderá se aposentar aos 60 anos de idade, se homem e aos 55 anos, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência.

- e) A pensão por morte do servidor efetivo do Piauí concedida para cônjuge, companheiro ou companheira poderá ser vitalícia, a depender da idade do servidor no momento do falecimento.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (CÓDIGO DE
ÉTICA DOS SERVIDORES DO TCE PI)**

Tiago Zanolla

29. Durante uma capacitação sobre ética e conflitos de interesses no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), o instrutor explicou as classificações de conflitos de interesses previstas no Código de Conduta. Após a explicação, foi proposta a seguinte questão:

Com base no conceito de conflito de interesses, assinale a alternativa que descreve corretamente o tipo "potencial":

- a) Situação em que o servidor possui interesses pessoais que já geraram um conflito de interesses efetivo.
- b) Situação em que o servidor, mesmo não tendo conflito real, passa a impressão de que sua conduta pode ser inadequada.
- c) Situação em que o servidor possui interesses particulares que podem gerar um conflito em circunstâncias futuras.
- d) Situação em que o conflito já foi resolvido, mas ainda pode causar dúvidas sobre a conduta do servidor.
- e) Situação em que o servidor aceita um presente de valor superior a 1% do subsídio de Conselheiro.

30. Durante um treinamento sobre ética e imparcialidade no âmbito do serviço público, os servidores foram orientados sobre as situações de impedimento e suspeição previstas na legislação. Ao final do encontro, foi proposta a seguinte questão para reforço do aprendizado:

Com base nos artigos apresentados, qual das situações a seguir configura impedimento, e não suspeição, de um servidor público em processo administrativo?

- a) O servidor possui amizade íntima com um dos interessados no processo.
- b) O servidor tem parentesco consanguíneo em linha colateral de até terceiro grau com um dos interessados.
- c) O servidor está litigando judicialmente contra o cônjuge de um dos interessados no processo.
- d) O servidor tem inimidade notória com o companheiro de um dos interessados no processo.
- e) O servidor demonstra parcialidade, mas não possui vínculos formais com nenhuma das partes envolvidas.

e) orçamento bruto

32. No que se refere às regras estabelecidas na Lei nº 4.320/1964, tem-se que

- a) A abertura dos créditos especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa
- b) Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- c) Jamais poderão ser consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.
- d) Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a um ano.
- e) É possível admitir emendas ao projeto de Lei de Orçamento que vise conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

31. Conforme a Lei 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não consignará dotações globais destinadas a atender, sem a discriminação necessária, a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros. Tal mandamento refere-se ao princípio do(a):

- a) unidade
- b) especificação
- c) não vinculação
- d) universalidade

33. Considere as afirmativas a seguir sobre o Orçamento Público no Brasil.

I. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

II. É classificada como inversão financeira a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

III. O superavit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

34. A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – impõe, em seu artigo 22, uma série de medidas restritivas para os Poderes e órgãos que ultrapassarem o chamado “limite prudencial”, correspondente a 95% dos limites máximos de despesas de pessoal, constantes dos artigos 19 e 20 do mesmo diploma, calculados em percentuais da receita corrente líquida dos respectivos entes políticos. Dessa forma, são vedados ao Poder ou Órgão incorrido no excesso, exceto:

- a) Revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.
- b) Criação de cargo ou emprego
- c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa
- d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de

aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança

e) Criação de função

35. Em relação aos créditos adicionais previstos na legislação orçamentária brasileira, assinale a alternativa correta:

a) Créditos suplementares são destinados a despesas urgentes e imprevistas, não previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

b) Créditos especiais são destinados a reforçar dotações orçamentárias já existentes na LOA.

c) Créditos extraordinários são abertos pelo Poder Executivo em casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

d) Créditos suplementares e especiais necessitam de autorização legislativa na LOA e de indicação dos recursos correspondentes.

e) Créditos extraordinários dependem de autorização prévia do Poder Legislativo para serem abertos.

36. Sobre os conceitos de dívida flutuante e dívida fundada no âmbito das finanças públicas brasileiras, assinale a alternativa correta:

a) A dívida flutuante é composta por compromissos de longo prazo, como operações de crédito contratadas para investimentos em infraestrutura.

b) A dívida fundada inclui compromissos de curto prazo, como restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

c) A dívida fundada é constituída por empréstimos e financiamentos de longo prazo e por operações de crédito, enquanto a dívida flutuante é composta por passivos de curto prazo, como restos a pagar.

d) A dívida flutuante inclui contratos de empréstimo de longo prazo e financiamentos externos.

e) A dívida fundada e a dívida flutuante são categorias exclusivas do setor privado, não sendo utilizadas para o setor público.

37. A Lei de Responsabilidade Fiscal reforça o princípio da transparência em seu artigo 48. Nesse contexto. São instrumentos de transparência da gestão fiscal municipal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público,

- a) parecer do relator.
- b) relatório de gestão orçamentária e gestão financeira.
- c) relatório parcial de gestão fiscal.
- d) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- e) versões detalhadas dos documentos contábeis e demonstrativos financeiros.

38. De acordo com a Lei nº 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a despesa de custeio é uma categoria de despesa pública. Qual das alternativas a seguir caracteriza corretamente uma despesa de custeio?

- a) Aquisição de um imóvel para uso de um órgão público.
- b) Construção de uma nova escola pública.
- c) Pagamento de salários aos servidores públicos.
- d) Compra de veículos para a frota oficial do governo.
- e) Realização de obras de infraestrutura.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

39. Em sua prática, o auditor deve adotar procedimentos que reduzam o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias da auditoria. O risco de autoria é dado em função dos componentes ou dimensões de risco. Um desses componentes é o risco inerente, que:

- a) depende do nível de tolerância a riscos definido no âmbito da organização;
- b) diz respeito ao risco de que uma distorção relevante possa ocorrer e não ser detectada e corrigida;
- c) é mensurado após a avaliação da eficácia dos controles internos;
- d) pressupõe a inexistência de controles implementados;
- e) se refere ao risco de não obtenção de evidências suficientes que suportem as conclusões do trabalho.

40. Um jovem auditor designado para substituir um colega em uma equipe de auditoria foi requisitado a aplicar uma técnica de auditoria que gerasse evidências sobre a efetividade dos controles e a segregação de funções durante a execução de um processo de recebimentos e registro de matérias-primas em um parque fabril. Após analisar os papéis de trabalho, o auditor responsável questionou o jovem auditor por ter recorrido a registros documentais fornecidos pela empresa em vez de realizar uma:

- a) confirmação externa;
- b) extração eletrônica de dados;
- c) indagação escrita;
- d) inspeção direta;
- e) observação direta.

41. Uma equipe de auditoria foi contratada para fazer um trabalho em que o objeto de auditoria foi mensurado, de acordo com os critérios aplicáveis, pela parte responsável (uma entidade pública) e as informações foram fornecidas à equipe. Tais informações constituem a única fonte de evidência a que a equipe de auditoria terá acesso para proporcionar uma base razoável para expressar uma conclusão.

Nesse cenário, ao aceitar o trabalho, a equipe de auditoria deverá conduzi-lo conforme os Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público (NBASP 100/ ISSAI 100), especificamente as normas relativas a trabalhos de:

- a) acompanhamento e inspeção;
- b) asseguração razoável;
- c) monitoramento;
- d) relatório direto;
- e) certificação.

42. Com base nos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público (ISSAI 100), a norma ISSAI 200 foi desenvolvida para abordar os princípios-chave relacionados a uma auditoria de demonstrações financeiras no setor público. Um trabalho de auditoria financeira em entidades públicas, consoante disposições da citada norma, tem como foco:

- a) assessorar a elaboração de notas explicativas às demonstrações financeiras da entidade;
- b) certificar a razoabilidade das bases para participações e distribuição de resultados;
- c) determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada de acordo com o marco regulatório aplicável;
- d) fundamentar o processo de avaliação da efetividade das políticas públicas executadas pela entidade auditada;
- e) prover informações sobre a regularidade da execução orçamentária para subsidiar o controle social.

43. A auditoria operacional em uma entidade do setor público tem como foco

- a) auferir se um objeto particular está em conformidade com normas identificadas como critérios.
- b) averiguar se os funcionários trabalham de acordo com as normas estabelecidas pela entidade, com o intuito de incentiva-los a fazê-lo.
- c) avaliar se as atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- d) obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir que o auditor opine que as informações financeiras estão livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro.
- e) determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.

44. De modo geral, auditorias e inspeções são concebidas como formas de fiscalização com o fim de dar efetividade ao controle da administração pública, no que tange à gestão dos recursos públicos. Quando um trabalho de auditoria tem como objetivo expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras auditadas livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro, devem-se seguir os critérios de uma auditoria de:

- a) regularidade;
- b) desempenho;
- c) avaliação da gestão;
- d) demonstrações contábeis;
- e) tomada de contas especial.

45. Assinale a opção que indica o tipo de auditoria que avalia se os atos, os procedimentos e as operações realizadas por uma entidade pública estão de acordo com as normas, as leis, os regulamentos, os contratos e as políticas aplicáveis.

- a) de Contas.
- b) Financeira.
- c) Operacional.
- d) de Qualidade.
- e) de Conformidade.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

46. Jobson é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Paralelamente, Jobson foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Jobson era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Jobson, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal

alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.

- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsiste a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Caso as contas de governo e de gestão não sejam julgadas pelo Legislativo no prazo constitucional, deverá prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas, por meio do julgamento ficto das contas municipais.
- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de governo e de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

47. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado do Piauí, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.
- e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

48. Juan Pablo é agente público municipal teve as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado Gama, que determinou o ressarcimento de danos causados ao erário e simultaneamente aplicou-lhe multa proporcional ao dano. Maria da Silva também é agente do município e foi multada (multa simples) por descumprir determinação do Tribunal de Contas. Os dois não quitaram os débitos, motivo pelo qual houve a necessidade de propor ação de execução no âmbito judicial.

Considerando as situações hipotéticas acima, julgue os itens a seguir.

- a) Todas as ações de execução serão propostas pelo Tribunal de Contas, órgão técnico responsável pela proteção dos recursos públicos.
- b) A cobrança do débito (dano ao erário) será proposta pelo município, enquanto as multas (proporcional ao dano e simples) serão executadas por iniciativa do estado Gama.
- c) A cobrança do débito (dano ao erário) e da multa proporcional ao dano será proposta pelo município, enquanto multa simples será executada por iniciativa do estado Gama.
- d) O Estado e o município são credores solidários de todos os valores, sendo que as ações de execução poderão ser propostas pelas procuradorias de ambos os entes da Federação.
- e) O Ministério Público de Contas poderá propor as ações de cobrança, caso os entes credores (município ou estado) não apresentem as ações no prazo legal.

49. Considerando as disposições da Declaração de Lima, marque a opção correta. Ao julgar, considere que EFS significa Entidade Fiscalizadora Superior.

- a) O controle prévio tem a vantagem de diminuir o volume de trabalho e identificar adequadamente as responsabilidades previstas no direito público.
- b) A auditoria realizada por uma EFS não pode determinar o ressarcimento por prejuízos provocados ou prevenir novas ocorrências de violações.
- c) Toda EFS deve realizar controle prévio, independentemente da situação jurídica de cada país.
- d) O controle prévio realizado por uma EFS tem a vantagem de poder impedir prejuízos antes de sua ocorrência.
- e) Se houver um controle prévio bem instituído, a EFS não será encarregada dos procedimentos de auditoria.

50. Joana é servidora do Tribunal de Contas do Estado e foi orientada a elaborar um trabalho sobre os princípios de *accountability* e transparência, constantes nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores. O objetivo do trabalho era propor medidas internas ou legislativas para a plena adoção das recomendações da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – Intosai.

Após terminar os seus estudos, Joana concluiu corretamente que:

- a) para não comprometer os princípios de *accountability* e transparência, as EFS não devem adotar contratos de atividades terceirizadas.
- b) as demonstrações financeiras das EFS são divulgadas e estão sujeitas à auditoria externa independente ou análise parlamentar.
- c) considerando que a auditoria tem um valor democrático, transcendendo o mero controle dos recursos públicos, as EFS devem evitar utilizar indicadores de resultados para avaliar o valor do

trabalho de auditoria para o Legislativo, para os cidadãos e para outras partes interessadas.

- d) as EFS tornam públicas as suas conclusões e recomendações resultantes das auditorias, não se admitindo que tais informações sejam consideradas confidenciais por leis e regulamentos especiais.
- e) em virtude de sua autonomia em relação ao Legislativo, as EFS devem evitar um forte relacionamento com as comissões parlamentares relevantes.

51. A administração pública pratica atos administrativos que estão sujeitos ao controle interno e externo. Quanto ao controle exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, pode-se afirmar que:

- a) os contratos firmados ao final dos procedimentos licitatórios no âmbito da administração podem ser anulados diretamente pelos Tribunais de Contas.
- b) é permitida a sustação de atos diretamente pelo Tribunal de Contas, após o não cumprimento, pela administração, da determinação de sanar ilegalidades encontradas na fiscalização.
- c) o controle por parte dos Tribunais de Contas é exercido somente após a prática dos atos, na época da prestação de contas dos administradores.
- d) ao constatar ilegalidades em editais de licitação, o Tribunal de Contas poderá modificar sua redação, para adequar aos princípios da legalidade e da eficiência.
- e) em relação aos atos e contratos, a sustação da execução deverá ser realizada diretamente pelo Congresso Nacional, sem a participação do Tribunal de Contas.

52. Considerando os termos da Constituição Federal e a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) é constitucional norma local que atribua ao Poder Legislativo o controle das contas dos órgãos que o auxiliam, ou seja, dos tribunais de contas.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) a Comissão Mista de Orçamento deverá julgar as contas do Presidente da República, no prazo de sessenta dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.

53. Sobre a natureza do Tribunal de Contas da União, considerando as disposições jurisprudenciais, doutrinárias e constitucionais, é correto afirmar que:

- a) O TCU é entidade administrativa da União, com natureza de direito público, criado por lei para o desempenho das funções de proteção dos recursos públicos federais.
- b) Segundo o STF, o Tribunal de Contas da União não goza de capacidade processual, nem mesmo para a defesa de suas prerrogativas constitucionais, uma vez que é despidido de personalidade jurídica, motivo pelo qual a sua representação deverá ser realizada por intermédio da Advocacia-Geral da União.
- c) Em virtude de sua estatura constitucional, o Tribunal de Contas da União pode recorrer de sentença judicial que invalide as suas decisões.
- d) A Constituição Federal assegura ao Tribunal de Contas da União competência para fiscalizar todos os Poderes da União, até mesmo o Judiciário e o Legislativo, ainda que este último seja o titular do controle externo.
- e) O controle administrativo do Tribunal de Contas da União é realizado pelo Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, nos mesmos moldes como ocorrem os controles realizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre as atividades, respectivamente, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

54. Os tribunais de contas são órgãos de controle externo, encarregados da proteção do patrimônio público. São competências dos tribunais de contas, entre outras, emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos. Porém, em relação às contas do responsável pela gestão do próprio Tribunal de Contas, não há disposição expressa na Constituição Federal.

Sobre esse tema, considerando as disposições da Constituição Federal, da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a opção correta.

- a) Segundo o STF, em respeito ao princípio da segregação de funções e da separação dos poderes, as contas de todos os tribunais de contas devem ser julgadas pelo Poder Legislativo do respectivo ente da Federação.
- b) É inconstitucional a exigência legal de que a comissão mista permanente de senadores e deputados, prevista na Constituição Federal, deverá emitir parecer sobre as contas dos tribunais de contas.
- c) As contas prestadas anualmente pelos tribunais de contas dos municípios, que são órgãos estaduais, deverão ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, não se admitindo que o julgamento seja realizado pela Assembleia Legislativa.
- d) De acordo com o STF, as contas do Tribunal de Contas da União deverão receber parecer prévio do próprio TCU, competindo ao Congresso Nacional a realização do julgamento.
- e) As contas dos tribunais de contas municipais, onde houver, serão necessariamente julgadas pelo próprio Tribunal, uma vez que as câmaras municipais somente gozam de competência para julgar as contas dos prefeitos.

55. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal, desde que os efeitos sejam *erga omnes* e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) se imprescindível para o exercício do controle externo, o Tribunal de Contas poderá afastar normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

56. No Piauí, o governador nomeou seu irmão para o cargo de Secretário Estadual de Infraestrutura. A nomeação gerou controvérsias e foi questionada com base nos princípios constitucionais e na jurisprudência do STF sobre nepotismo em cargos políticos. Sobre a validade dessa nomeação, é correto afirmar:

- a) O princípio da moralidade administrativa torna inválida qualquer nomeação de parentes, independentemente de qualificação técnica ou do cargo ocupado.
- b) A jurisprudência do STF acerca do nepotismo deixa claro que a Súmula Vinculante nº 13 não se aplica a cargos políticos, como o de Secretário Estadual, tornando a nomeação válida em qualquer hipótese.
- c) A nomeação de parente para cargos comissionados é justificada caso haja comprovação de capacidade técnica e ausência de favorecimento pessoal.
- d) Parentes de terceiro grau, como o irmão, não estão abrangidos pelas restrições da Súmula Vinculante nº 13, que trata do nepotismo.
- e) A validade da nomeação para cargo político pode ser mantida caso o nomeado possua qualificação técnica e não fique demonstrada fraude à legislação, favorecimento pessoal ou mera troca de favores.

57. Sobre os agentes de fato na Administração Pública, é correto afirmar que o agente necessário:

- a) É designado para representar formalmente a Administração Pública em tarefas específicas e temporárias, mediante delegação oficial.
- b) Atua em situações de emergência, sem possuir vínculo formal com a Administração, mas com legitimidade reconhecida para seus atos.

- c) Realiza atividades públicas com base em investidura irregular, mas sob a presunção de legitimidade de sua atuação.
- d) É convocado para exercer funções específicas, sem remuneração e sem vínculo com o serviço público.
- e) Está regularmente investido em cargo público, mas é destacado para situações emergenciais e de caráter provisório.

58. Durante uma auditoria interna, foi identificado que um servidor público utilizou recursos da Administração para fins pessoais. Após a conclusão do processo administrativo disciplinar, a Administração aplicou uma penalidade de suspensão ao servidor. Com base na situação, o fundamento que permite à Administração Pública punir infrações funcionais é o:

- a) Poder hierárquico
- b) Poder regulamentar
- c) Poder de polícia
- d) Poder disciplinar
- e) Poder discricionário

59. Sobre as disposições da Lei nº 8.112/1990 referentes à posse em cargo público, analise os itens abaixo e assinale a alternativa que indica quais estão corretos:

- I. A posse ocorre com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente, sendo vedadas alterações unilaterais às condições descritas no termo, salvo os atos de ofício previstos em lei.
 - II. A posse poderá ocorrer por procuração específica.
 - III. O servidor deverá apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública no ato da posse.
 - IV. A posse poderá ser realizada para qualquer forma de provimento de cargo público.
- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
 - c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - d) Todos os itens estão corretos.
 - e) Apenas os itens I e III estão corretos.

60. O município de Floriano, no Estado do Piauí, celebrou um contrato administrativo para a prestação contínua de serviços de limpeza pública, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Durante a vigência do contrato, ocorreu um aumento no salário mínimo, o que impactou diretamente os custos da empresa contratada. Diante dessa nova realidade, a administração municipal autorizou o ajuste dos valores contratados. Nesse caso, a medida adotada caracteriza-se como:

- a) Reajustamento
- b) Revisão
- c) Repactuação
- d) Equilíbrio econômico-financeiro
- e) Alteração unilateral do contrato

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

61. Durante situação de calamidade pública de âmbito nacional, um grupo de 25 Senadores apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional, a fim de constitucionalizar a regra segundo a qual é crime hediondo realizar queimadas. Era previsto, ainda, que essa nova regra atingiria pessoas que tivessem cometido o crime nos dois anos anteriores à entrada em vigor da emenda constitucional. Aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta, a emenda constitucional foi enfim sancionada pelo Presidente da República, promulgada e publicada.

À luz da Constituição, da doutrina e da jurisprudência, pode-se afirmar que a Emenda Constitucional assim aprovada apresenta vícios:

- a) em relação aos limites circunstanciais, formais e materiais
- b) em relação aos limites formais e materiais
- c) em relação apenas aos limites formais
- d) em relação aos limites circunstanciais e materiais
- e) apenas em relação aos limites circunstanciais

62. O Município de Floriano-PI editou lei ordinária dispendo sobre o horário de funcionamento do comércio municipal. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência
- c) constitucional
- d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar
- e) inconstitucional, por invadi a competência residual dos Estados.

63. O Prefeito do Município do Picos-PI decidiu delegar ao Procurador-Geral do Município a competência para extinguir, mediante decreto, diversos cargos e funções públicas que estavam vagos. A oposição, porém, suscitou a inconstitucionalidade dessa medida. Pode-se afirmar que, à luz da Constituição e da jurisprudência:

- a) O prefeito possui essa competência, mas ela é indelegável
- b) O Prefeito não possui essa competência
- c) O Prefeito possui essa competência e ela é delegável, mas não para a autoridade citada
- d) O Prefeito possui essa competência, mas ela só pode ser delegada em situações excepcionais
- e) O Prefeito possui essa competência e ela é delegável, inclusive para a autoridade citada.

64. Nos termos da Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade:

- a) subsidiária
- b) complementar
- c) indireta
- d) solidária
- e) penal

65. A respeito da Ordem Social, julgue os seguintes itens:

- I - Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- II - O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- III - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I e III
- e) III

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS**ATUÁRIA***Francisco Barreto e Gustavo Carrozzino*

66. Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, é incorreto afirmar que:

- a) A segregação de massas, o aporte de bens e a contribuição suplementar são medidas de equacionamento do déficit atuarial.
- b) São obrigatórios a avaliação atuarial, o demonstrativo do resultado da avaliação atuarial, a nota técnica atuarial e os fluxos atuariais.
- c) As contribuições normais e as suplementares e aportes destinados ao equacionamento do déficit atuarial, legalmente instituídos, inclusive seus encargos legais, devidos pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS até o seu vencimento, depois de apurados e confessados, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.
- d) O cálculo dos compromissos relativos aos benefícios do Fundo em Repartição, em caso de segregação da massa, prescindirá de processo atuarial, desde que sejam observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.
- e) Poderão ser considerados como ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS os valores dos créditos a receber reconhecidos nas demonstrações contábeis do RPPS, exigindo se, em relação aos créditos a receber do ente federativo, que o termo de acordo de parcelamento esteja cadastrado no Cadprev.

67. Assinale a alternativa correta:

- a) Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida, aquele cujos benefícios programados

apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

- b) Falando-se de RPPS, os entes federativos poderão adotar para apuração dos compromissos e determinação dos custos do plano de benefícios do RPPS, como fundamento da observância do equilíbrio financeiro e atuarial, o regime financeiro de capitalização, para cálculo dos compromissos relativos às aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.
- c) Falando-se de RPPS, os entes federativos poderão adotar para apuração dos compromissos e determinação dos custos do plano de benefícios do RPPS, como fundamento da observância do equilíbrio financeiro e atuarial, o regime financeiro de repartição simples, como o mínimo aplicável para cálculo dos benefícios não programáveis de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho, pensões por morte delas decorrentes, bem como pensão por morte de segurados em atividade.
- d) Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável, aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.
- e) Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de benefício definido aquele cujos benefícios de risco têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

68. Deverá ser elaborado Relatório de Análise das Hipóteses para comprovação de sua adequação às características da massa de beneficiários do regime, contendo a abrangência e conclusão, no mínimo, quanto à manutenção ou necessidade de alteração das seguintes hipóteses:

- a) taxa atuarial de juros; crescimento real das remunerações; probabilidades de ocorrência de morte e invalidez; proporção de participantes do plano com dependentes que serão elegíveis aos benefícios; idade de primeira vinculação a regime previdenciário; e idade provável de aposentadoria.
- b) taxa atuarial de juros; crescimento nominal das remunerações; probabilidades de ocorrência de morte e invalidez; proporção de participantes do plano com dependentes que serão elegíveis aos benefícios; idade de primeira vinculação a regime previdenciário; e idade provável de aposentadoria.
- c) taxa atuarial de juros; crescimento real das remunerações; probabilidades de ocorrência de morte e invalidez; proporção de participantes do plano com dependentes que serão elegíveis aos benefícios; idade de primeira vinculação ao serviço público; e idade provável de morte.
- d) taxa atuarial de juros; crescimento nominal das remunerações; probabilidades de ocorrência de morte e invalidez; proporção de participantes do plano com dependentes que serão elegíveis aos benefícios; idade de primeira vinculação ao serviço público ; e idade provável de aposentadoria.
- e) taxa atuarial de juros; crescimento real das remunerações; probabilidades de ocorrência de morte e invalidez; proporção de participantes do plano com dependentes que serão elegíveis aos benefícios; idade de primeira vinculação ao serviço público; e idade provável de aposentadoria.

69. Sobre Métodos Atuariais, é correto afirmar que:

- a) Utilizamos os métodos atuariais de financiamento exclusivamente no regime financeiro de repartição simples.
- b) Os fluxos de pagamentos de benefícios e de recebimentos das contribuições dos RPPS deverão ser antecipados.
- c) Em relação ao valor do benefício, em determinado momento antes da data de elegibilidade, um método pode ser categorizado como individual ou agregado.
- d) O regime financeiro de capitalização estruturado pelo método do Prêmio Nivelado Individual (PNI) pode ser utilizado com base na data de ingresso no ente federativo ou na data de ingresso no serviço público.
- e) Utilizamos os métodos atuariais de financiamento exclusivamente no regime financeiro de capitalização.

70. Acerca dos conceitos atuariais, é incorreto afirmar que:

- a) Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura é regime no qual o valor atual de todo o fluxo de contribuições normais futuras de um único período é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, considerado até sua extinção, para os benefícios cujo evento gerador venha a ocorrer naquele único período, requerendo o regime, no mínimo, a constituição de provisão matemática de benefícios concedidos para cada benefício a partir da data de concessão do mesmo;
- b) Tábuas biométricas são instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, como sobrevivência, mortalidade, invalidez e morbidade;
- c) Análise de sensibilidade é o método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial;
- d) Ganhos e perdas atuariais consistem em um método atuarial de melhoria do resultado atuarial por meio de manipulação das hipóteses ou premissas atuariais;
- e) Fundo para oscilação de riscos é o valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de anti-seleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência;

71. Nota Técnica Atuarial - NTA: documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, que contém todas as formulações e expressões de cálculo utilizadas nas avaliações atuariais do regime, relativas às alíquotas de contribuição e encargos do plano de benefícios, às provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e aos fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à massa de segurados e beneficiários do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações. Sobre a NTA, é correto afirmar que:

- a) A NTA deverá ser encaminhada à SPREV até o semestre anterior ao do envio do DRAA relativo à avaliação atuarial nela fundamentada e observar a estrutura e o conteúdo mínimo do modelo disponibilizado pela SPREV na página da Previdência Social na Internet.
- b) A NTA deverá estar atualizada e ser elaborada em estrita observância à modelagem do plano de benefícios, considerando suas características gerais.
- c) A NTA deverá ser distinta por custo normal e por custo suplementar.
- d) A NTA deverá ser embasada na Avaliação Atuarial anual.
- e) A NTA deverá ser feita com base no Fundo em Capitalização, em caso de segregação da massa

72. Relativamente às Reservas Matemáticas, é incorreto afirmar que:

- a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- b) A Reserva Especial para revisão do Plano é criada para situações em que há necessidade de revisar o plano de benefícios, seja por questões legais, atuariais ou financeiras. A revisão de plano pode ocorrer para ajustar a solvência.
- c) A reserva de contingência é um fundo adicional, criado para lidar com eventos inesperados ou que não estavam previstos nos cálculos iniciais da reserva matemática. Ela funciona como uma margem de segurança para proteger a solvência da instituição em caso de flutuações adversas.
- d) Existem diferentes formas de calcular as reservas matemáticas, com os três principais métodos sendo: Prospectivo; Retrospectivo; e Reincidência.
- e) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

73. No caso de a avaliação atuarial apurar deficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento. Acerca do tema, é incorreto afirmar que:

- a) O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico financeira e atuarial do RPPS, deverá propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.
- b) A proposta do plano de equacionamento do deficit deverá ser apreciada pelo conselho fiscal e disponibilizada pela unidade gestora do RPPS, juntamente com o estudo técnico que a fundamentou, aos beneficiários do regime.

c) Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições.

d) A revisão do plano de amortização implica a implementação, em lei, de novo plano em substituição ao anterior, contemplando a alteração das alíquotas suplementares e valores dos aportes para todo o período.

e) Poderá ser implementada a segregação da massa dos beneficiários do RPPS, divididos entre o Fundo em Repartição e o Fundo em Capitalização, para o equacionamento do deficit do regime, de forma que o Fundo em Repartição será constituído por um grupo fechado em extinção, sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais deverão ser alocados no Fundo em Capitalização;

74. Com relação às funções de comutação atuarial, é correto afirmar que:

a) As funções de comutação permitem calcular diretamente a probabilidade de sobrevivência de um indivíduo até uma determinada idade, sem a necessidade de utilizar a tábua biométrica.

b) As funções de comutação D_x e N_x levam em conta a mortalidade e a taxa de juros adotadas.

c) As funções de comutação são ferramentas exclusivas para planos de Benefício Definido (BD), não sendo aplicáveis em planos de Contribuição Definida (CD).

d) Sem a utilização das funções de comutação, não é possível o Atuário realizar os cálculos atuariais.

e) A utilização das funções de comutação dispensa a necessidade de tábuas biométricas, pois elas já contemplam todas as probabilidades de morte e sobrevivência.

75. Com relação às tábuas biométricas, complete os espaços :

x	qx	lx	dx
30	0,06	52.143,00	3.128,58
31	0,06	49.014,42	2.989,88
32	0,06	46.024,54	2.853,52
33	0,06	43.171,02	2.719,77
34	0,06	40.451,24	2.588,88
35	0,07	37.862,37	2.461,05
36	0,07	35.401,31	2.336,49
37	0,07	33.064,82	2.215,34
38	0,07	30.849,48	2.097,76
39	0,07	28.751,72	1.983,87

- a) 39.451,24 e 2.115,34
 b) 40.451,24 e 2.115,34
 c) 40.451,24 e 2.215,34
 d) 39.451,24 e 2.215,34
 e) 40.451,24 e 2.222,34

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

76. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra, M_D , a mediana amostral e M_E , a média aritmética, então o produto $M_0 \times M_D \times M_E$ será igual a:

- a) 80
 b) 27
 c) 56
 d) 60
 e) 64

77. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 128$, $N_2 = 192$ e $N_3 = 96$. Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
 b) 48
 c) 52
 d) 64
 e) 72

78. Uma amostra aleatória de 400 eleitores revelou 64% de preferências pelo candidato X.

Sabendo-se que $P(Z > 1,96) = 0,025$, então o intervalo de 95% de confiança para a proporção de eleitores que preferem X é:

- a) $0,64 \pm 0,047$
 b) $0,64 \pm 0,052$
 c) $0,64 \pm 0,056$
 d) $0,64 \pm 0,064$
 e) $0,64 \pm 0,085$

Utilize a tabela abaixo para as questões 79 E 80.

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 0,5) = 0,691; P(Z < 0,8) = 0,788; P(Z < 1) = 0,841;$$
$$P(Z < 1,2) = 0,885; P(Z < 1,28) = 0,90; P(Z < 2) = 0,977$$
$$P(Z < 1,5) = 0,933; P(Z < 1,8) = 0,964;$$

Com o objetivo de se estimar a idade média, μ , em anos, de ingresso no primeiro emprego formal de jovens de determinada comunidade, selecionou-se uma amostra aleatória de 100 jovens da população de jovens que já haviam ingressado no mercado de trabalho formal. Os resultados obtidos encontram-se na tabela de distribuição de frequências apresentada a seguir:

Idade (em anos)	Frequência Relativa
18 — 20	0,10
20 — 22	0,30
22 — 24	0,35
24 — 26	0,25

79. Calcule a média amostral

- a) 22
- b) 22,5
- c) 23
- d) 23,5
- e) 24

80. Supondo-se que o desvio padrão populacional seja igual a 1, o intervalo de confiança para μ , em anos, com coeficiente de confiança igual a 80%, baseado nessa amostra, é igual a:

- a) [22,372 ; 22,628]
- b) [22,4 ; 22,6]
- c) [22,35 ; 22,65]
- d) [22,3 ; 22,7]
- e) [22,2 ; 22,8]

Em 10 anos (de 2015 a 2024), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa TOFER RADO, em milhões de reais, e o respectivo gasto anual com propaganda (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X , considerando as informações registradas, em que Y_1 e X_1 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2015, Y_2 e X_2 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2016, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com propaganda de 2015 a 2024 foram, em milhões de reais, iguais a 120 e 15, respectivamente.

Baseado no texto, responda as questões 81 E 82

81. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então o valor de α é, milhões de reais,

- a) 9,3
- b) 10,4
- c) 11,5
- d) 12,7
- e) 13,8

82. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então a previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa gastou com propaganda neste ano 2 milhões de reais, é, em milhões de reais:

- a) 10,4
- b) 11,6
- c) 12,9
- c) 13,7
- e) 14,8

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

83. Com base na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F). Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- () universalidade da cobertura e do atendimento.
- () equidade na forma de participação no custeio
- () irredutibilidade do valor dos benefícios.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V
- e) F - F - F

84. Maria é diarista e começou a contribuir para a previdência social há 03 meses. Antes, nunca contribuído para a previdência social.

Maria descobriu que está grávida de 04 meses e está preocupada com a sua situação porque terá que se afastar do trabalho para cuidar do filho e precisará de recursos financeiros.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta, considerando recente decisão do Supremo Tribunal Federal.

- a) Maria tem direito de receber o benefício de salário-maternidade pelo período de 120 dias, mesmo tendo apenas 08 contribuições ao RGPS quando vier dar à luz.
- b) Para que Maria tenha direito de receber salário-maternidade terá que apresentar, no mínimo, 10 contribuições ao Regime Geral de Previdência Social, até a data do parto.
- c) Maria terá direito de receber o benefício de salário-maternidade apenas pelo período de 60 dias porque não completou a carência mínima de 12 contribuições para ter o benefício por período maior.
- d) Maria terá direito de receber o benefício de salário-maternidade apenas pelo período de 60 dias cujo valor corresponderá a 01 salário mínimo.
- e) Maria não terá direito de receber salário-maternidade, caso tenha parto de natimorto.

85. João, segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na categoria de empregado, obteve a aposentadoria especial, após 25 anos de contribuição e efetiva exposição a agente físico prejudicial à saúde e 60 anos de idade. Já aposentado, João continuou trabalhando na mesma empresa, porém em setor diverso daquele que gerou sua aposentadoria, agora exposto efetivamente a agente químico prejudicial à saúde. Considerando os fatos narrados, o disposto na legislação previdenciária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) João receberá o equivalente a 50% do valor da sua aposentadoria especial enquanto permanecer em atividade.
- b) Não haverá qualquer consequência na aposentadoria especial recebida por João, vez que o agente a que está exposto, prejudicial à saúde é diverso daquele que gerou sua aposentação.
- c) A aposentadoria ficará suspensa enquanto João permanecer no emprego, cabendo à empresa lhe pagar o valor do benefício.
- d) A aposentadoria especial de João será cessada.
- e) O INSS deverá ajuizar ação judicial para que possa suspender a aposentadoria de João.

86. No que diz respeito ao sistema de custeio da seguridade social, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F).

I - () A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

II - () É permitida a criação mediante lei ordinária de fontes de custeio destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social, além das previstas na Constituição Federal.

III - () A Constituição Federal permite a incidência de contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V
- e) V - F - F

87. Acerca da contagem recíproca de tempo de contribuição e da compensação financeira, assinale a opção correta à luz do disposto na Constituição Federal e na Lei n.º 8.213/1991.

a) É garantida, para fins de aposentadoria, a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da certidão de tempo de contribuição correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.

b) É garantida, para fins de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios legalmente estabelecidos.

c) É vedada, para fins de inatividade militar, a contagem do tempo de contribuição ao RGPS ou a regime próprio de previdência social.

d) Admite-se a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca, na forma da lei.

e) Admite-se, para fins de aposentadoria, nas hipóteses previstas em lei, a contagem do tempo de serviço público e do tempo de exercício em atividade privada, desde que concomitantes.

88. À luz das normas constitucionais e legais acerca dos regimes próprios de previdência social, incluindo as alterações trazidas pela Emenda

Constitucional n. 103/2019, julgue os itens seguintes.

- I - O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.
- II - Os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao RGPS.
- III - O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo de sessenta meses.
- IV - Aplica-se o RGPS ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens III e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

89. Acerca das aposentadorias concedidas pelo RPPS do Estado do Piauí e do sistema de proteção social dos policiais militares do Estado, analise os itens abaixo.

- I. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores, ressalvados nos termos definidos em lei complementar estadual, apenas os seguintes perfis de segurados: servidor com deficiência; servidor titular do cargo efetivo de professor, desde que comprove tempo de efetivo exercício na função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;

servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação; e policial civil, o agente penitenciário ou agente socioeducativo.

II. O segurado ativo será aposentado compulsoriamente aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, não sendo-lhe exigido tempo mínimo de contribuição.

III. A contribuição previdenciária dos militares inativos do Estado do Piauí e dos seus pensionistas incidirá sobre a totalidade da respectiva remuneração, com alíquota de 14%.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas os itens I e II estão certos.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Todos os itens estão certos.
- e) Nenhum item está certo.

90. No que diz respeito ao regime de previdência complementar instituído pelos entes federados para seus servidores, é correto afirmar que

- a) O regime de previdência complementar deverá ser instituído pelo ente federado por meio de lei complementar.
- b) Com a reforma da previdência trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime de previdência complementar para os servidores amparados por regime próprio de previdência social passou a ser imposição constitucional.
- c) Os planos de benefícios serão oferecidos nas modalidades de benefício definido ou de contribuição definida.
- d) Os servidores que ingressarem no serviço público após a vigência do regime de previdência complementar deverão fazer a adesão ao regime de previdência complementar e terão seus

benefícios de aposentadoria e pensão por morte limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

- e) Os servidores efetivos do Estado do Piauí que ingressaram no serviço público antes da vigência do regime de previdência complementar não poderão aderir ao regime de previdência complementar instituído pelo ente federativo.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

91. Acerca da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (NBC TSP EC), assinale a opção correta:

- a) a quantidade e a qualidade dos serviços públicos prestados a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos, normalmente, são diretamente proporcionais ao volume de tributos cobrados.
- b) a natureza das transações sem contraprestação pode impactar a forma pela qual elas são reconhecidas, mensuradas e evidenciadas, no sentido de dar suporte às avaliações por parte dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos.
- c) para ter acesso a determinados serviços, os indivíduos ou os grupos de indivíduos não necessitam desembolsarem tarifa ou taxa adicional.
- d) no contexto das transações sem contraprestação, o valor dos benefícios que um indivíduo ou grupo de indivíduos pode obter será aproximadamente igual ao valor de quaisquer cobranças pagas por eles.
- e) Em transação sem contraprestação, a entidade recebe o valor da outra parte e dá diretamente em troca valor aproximadamente igual.

92. Com base na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (NBC TSP EC), a informação que confirma ou refuta expectativas passadas sobre o desempenho e os resultados da prestação de serviços que possam ocorrer no futuro, corresponde à característica qualitativa da:

- a) tempestividade.
- b) verificabilidade.
- c) relevância.
- d) comparabilidade.
- e) representação fidedigna

93. Acerca da definição de passivo, considerando o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), assinale a opção correta.

- a) as obrigações em que o fato gerador não tenha ocorrido, do ponto de vista patrimonial, não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis.
- b) os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro não são reconhecidos no passivo, pois não há caracterização como obrigações para com terceiros.
- c) a ausência do prazo de extinção de uma obrigação impede que essa obrigação origine um passivo.
- d) para que haja a existência de um passivo é necessário possuir a identidade dos terceiros antes da época de sua extinção, para que essa obrigação presente exista.
- e) para que haja a existência de um passivo a obrigação deve ser formalizada.

94. Acerca da demonstração dos fluxos de caixa, com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), assinale a opção incorreta.

- a) a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa.
- b) os fluxos de caixa agregados decorrentes da aquisição e da alienação de entidades controladas ou outras unidades operacionais devem ser apresentados conjuntamente e classificados como atividades de investimento.
- c) considerando que os juros pagos e recebidos compõem o cálculo do resultado do exercício, recomenda-se sua classificação como fluxo das atividades operacionais e os dividendos ou distribuições similares recebidas devem ser classificados como fluxo de atividades de investimento, enquanto os dividendos e distribuições similares pagos devem ser classificados como fluxos de caixa de financiamento.
- d) a aquisição de ativos por meio da troca de ativos, por meio da assunção direta do respectivo passivo ou ainda por meio de arrendamento financeiro e a conversão de dívida com terceiros em patrimônio líquido, são transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa.
- e) Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial na data da ocorrência do fluxo de caixa.

95. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação. Nessa perspectiva, analise os itens abaixo relacionados com essa demonstração:

- I. participação dos não controladores.
- II. resultados acumulados.
- III. o capital integralizado, consistindo do valor total acumulado, das contribuições dos proprietários menos as distribuições aos proprietários.
- IV. reservas, incluindo descrição da natureza e propósito de cada reserva dentro do patrimônio líquido

Quando a entidade não possui nenhuma parcela de capital representado por ações, ela deve demonstrar separadamente os seguintes itens:

- a) II e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

96. Considerando o que determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) em relação às receitas públicas, são consideradas como receitas originárias as provenientes de

- a) impostos
- b) prestação de serviços comerciais
- c) contribuições de melhoria
- d) contribuições especiais
- e) taxas

97. “Podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público”.

Assinale a opção que indica corretamente qual classificação de bem público está descrita acima:

- a) Bens de uso especial
- b) Bens Dominiais
- c) Bens de uso comum do povo
- d) Bens imóveis em andamento
- e) Bens do patrimônio cultural.

98. “é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, conforme determina o art. 56 da Lei nº 4.320/64”.

Assinale a opção que indica corretamente qual estágio da receita está descrito acima:

- a) Previsão
- b) Lançamento
- c) Transferência
- d) Arrecadação
- e) Recolhimento

99. Analise as assertivas a seguir acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

I – A utilização do PCASP é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e empresas estatais independentes.

II – Os entes da Federação não podem detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP.

III – Apesar de ser uma regra geral a utilização do 5º Nível - Consolidação para as contas de classe 1, 2, 3 e 4 do PCASP, há casos excepcionais em que é

possível sua utilização, para fins de consolidação, com as contas de classe 7 e 8.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

100. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), à luz do enfoque orçamentário, o registro da receita orçamentária acontece no momento de sua arrecadação, tendo a principal finalidade

- a) evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva das receitas orçamentárias.
- b) utilizá-las em programas e ações para atendimento das necessidades públicas e demandas da sociedade.
- c) identificar os montantes que contribuem para a formação do resultado primário do Governo Federal.
- d) identificar a origem dos recursos angariados conforme seu fato gerador que ingressaram nos cofres públicos do erário.
- e) restabelecer o saldo das disponibilidades comprometidas arrecadadas em exercícios anteriores.

Discursiva (Parecer)

Você é auditor de controle externo no Tribunal de Contas e foi designado para analisar o processo licitatório da Prefeitura do Município X, que adotou a modalidade de diálogo competitivo para contratar uma solução tecnológica inovadora de gestão de resíduos sólidos. Durante a auditoria, constatou-se que a prefeitura:

1. Não realizou os estudos técnicos preliminares obrigatórios antes da publicação do edital;
2. O edital apresentava critérios de julgamento imprecisos, sem clareza suficiente para garantir a transparência e a competitividade;
3. Não foi demonstrado, nos documentos apresentados, o motivo pelo qual as modalidades tradicionais de licitação foram consideradas inadequadas para o caso;
4. Não foram estabelecidos mecanismos adequados de gestão e mitigação de riscos no contrato, mesmo sendo exigidos pela Lei nº 14.133/2021;
5. Houve ausência de publicidade adequada no aviso de licitação, o que pode ter prejudicado a competitividade do certame.

Com base nos pontos acima, elabore um parecer técnico que aborde os seguintes aspectos:

1. A adequação da escolha do diálogo competitivo para o objeto em questão, considerando os requisitos legais;
2. A obrigatoriedade e a importância dos estudos técnicos preliminares para o planejamento da licitação;
3. A conformidade dos critérios de julgamento com os princípios da transparência, isonomia e competitividade;
4. A necessidade de previsão de mecanismos de gestão e mitigação de riscos nos contratos administrativos;
5. O impacto da ausência de publicidade no cumprimento do princípio da ampla concorrência.

Apresente sua análise fundamentada em cada tópico, à luz da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios gerais das contratações públicas. Finalize o parecer com uma conclusão clara sobre a regularidade do processo licitatório.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Discursiva (Questão 1)

A Controladoria Geral do Município X identificou falhas na integração dos instrumentos de planejamento e orçamento, comprometendo a eficiência e a transparência na execução das políticas públicas. Entre os problemas estão a incoerência entre os programas do PPA e as diretrizes da LDO, a falta de critérios objetivos para a limitação de empenho e inconsistências no orçamento da seguridade social. A equipe de auditores foi designada para elaborar um parecer técnico com soluções para assegurar a coerência e a integração entre o PPA, a LDO e a LOA.

Tendo por base a situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. Descreva os principais objetivos e a estrutura do PPA e sua relevância para o alinhamento das políticas públicas;
2. Explique o papel da LDO na integração do planejamento orçamentário, destacando os anexos de metas fiscais e riscos fiscais;
3. Proponha como a estrutura da LOA pode ser aperfeiçoada para promover maior controle e eficiência no uso dos recursos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva (Questão 2)

Durante uma auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município X, foram identificados problemas relacionados à gestão fiscal. Entre as irregularidades estão a concessão de benefícios fiscais sem a devida análise de impacto financeiro, o aumento de despesas de caráter continuado sem a indicação da fonte de custeio e a realização de transferências voluntárias sem o cumprimento das condições previstas na legislação. Diante disso, foi solicitado à equipe de auditores de controle interno a elaboração de um parecer para orientar a administração quanto ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Tendo por base a situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. Explique os princípios da LRF e como eles promovem a responsabilidade na gestão fiscal;
2. Analise os requisitos para a renúncia de receitas e o controle sobre despesas de caráter continuado, de acordo com a LRF;
3. Proponha medidas que garantam o cumprimento das normas para transferências voluntárias e transparência fiscal no município.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
